

**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 642.712 - PE
(2011/0037362-2)**

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
EMBARGANTE : **COMPANHIA BRASILEIRA DE PROJETOS E OBRAS - CBPO**
ADVOGADOS : **CELSO CINTRA MORI E OUTRO(S) - SP023639**
MARCELO AVANCINI NETO E OUTRO(S) - SP089039
VICENTE COELHO ARAÚJO E OUTRO(S) - DF013134
EMBARGANTE : **CONSTRAN S/A CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO**
ADVOGADO : **CELSO CINTRA MORI E OUTRO(S) - SP023639**
EMBARGANTE : **MENDES JÚNIOR ENGENHARIA S/A**
ADVOGADO : **URBANO VITALINO DE MELO NETO E OUTRO(S) - PE017700**
EMBARGANTE : **PINHEIRO NETO ADVOGADOS - ASSISTENTE**
ADVOGADO : **PEDRO AUGUSTO DE FREITAS GORDILHO E OUTRO(S) - DF000138**
EMBARGADO : **COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO**
ADVOGADO : **GUILHERME HENRIQUE MAGALDI NETTO - DF004110**
INTERES. : **UNIÃO**

DECISÃO

Cuida-se de embargos de divergência interpostos pela **Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO** e **Constran S.A. Construções e Comércio**, contra acórdão proferido pela Segunda Turma desta Corte, assim ementado (fl. 640):

PROCESSO CIVIL. VALOR DA CAUSA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ILIQUIDEZ DO VALOR ECONÔMICO DO BEM DA VIDA ALMEJADO. ESTIPULAÇÃO DE VALOR SIMBÓLICO E PROVISÓRIO. POSSIBILIDADE. ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O JULGADO ATACADO E OS ACÓRDÃOS APONTADOS COMO PARADIGMAS. NÃO-CONHECIMENTO DO DISSENSO JURISPRUDENCIAL.

1. A jurisprudência desta Corte, quando não se sabe precisamente o valor econômico do bem da vida buscado judicialmente, vem decidindo pela possibilidade da fixação de valor pelo autor em quantia simbólica e provisória, passível de posterior adequação ao valor apurado pela sentença ou no procedimento de liquidação. Precedentes.

2. Não merece ser conhecida a irresignação manifestada pela alínea "c" do permissivo constitucional, se inexistente o

Superior Tribunal de Justiça

necessário cotejo analítico entre o acórdão considerado paradigma e a decisão impugnada, na forma que determinam os arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ, não bastando para tanto a simples transcrição de ementas e de trechos de acórdãos. Precedentes.

3. Também não se conhece do recurso com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional quando há ausência de similitude fática entre o julgado atacado e os acórdãos apontados como paradigmas.

4. Recurso conhecido parcialmente e, nesta parte, provido.

A parte embargante sustenta dissídio com relação aos seguintes julgados da Primeira Turma: **REsp 742.163/DF**, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; **AgRg no REsp 969.724/MA**, Rel. Ministra DENISE ARRUDA; **REsp 981.587/RJ**, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; **AgRg no REsp 1.100.135/CE**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO; **AgRg no Ag 841.903/SP**, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO; **EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 591.351/DF**, Rel. Ministro LUIZ FUX; e **REsp 890.136/PE**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO.

Apresenta, também, paradigmas oriundos das Terceira e Quarta Turmas desta Corte, a saber: **REsp 132.261/RJ**, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR; **REsp 20.472/SP**, Rel. Ministro ARI PARGENDLER; **REsp 154.661/SP**, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER; **REsp 256.328/SP**, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA; **AgRg no AG 453.732/RJ**, Rel. Ministro ARI PARGENDLER; **REsp 326.082/SP**, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR; **REsp 467.870/PI**, Rel. para acórdão Ministro ARI PARGENDLER.

Com esteio no art. 266 do RISTJ, o julgamento dos embargos de divergência foi desmembrado, por decisão de relatoria da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que, examinando a insurgência especificamente quanto aos precedentes invocados das Terceira e Quarta Turmas, indeferiu liminarmente os embargos.

Eis o acórdão da Corte Especial, que apreciou o agravo regimental interposto contra essa decisão:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. CONTROVÉRSIA SOBRE O VALOR DA CAUSA EM AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ADITIVO DE CONTRATO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA SIMPLES

INDEFERIDO. INEXISTÊNCIA DE DISSENSO SOBRE TESE JURÍDICA. OBSERVÂNCIA DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. REJULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. No caso, o decisum que julga a impugnação ao valor da causa não afeta a esfera jurídica do Escritório de Advocacia, mas, sim, atinge seu interesse econômico, o que não dá azo ao instituto da assistência.

2. Buscam os agravantes/embargantes, a pretexto de dissídio jurisprudencial no tocante ao valor da causa no âmbito de ação declaratória de nulidade de aditivo de contrato cumulada com repetição de indébito, o re julgamento do apelo especial, finalidade para a qual não se prestam os embargos de divergência.

3. As teses veiculadas nos paradigmas não são excludentes, mas, sim, firmadas de acordo com a situação concreta. Tanto assim é, que foram colacionados vários precedentes, cada um com uma solução, a depender da demanda posta em juízo.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EREsp 642.712/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/10/2013, DJe 24/10/2013)

Resta, portanto, examinar o dissídio remanescente.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A parte embargante pretende ver processados os embargos para debater as seguintes teses: **(I)** em ação revisional de contrato ou na consignação em pagamento, o valor da causa não pode ser fixado em caráter provisório, devendo ser definido com base nos dados disponíveis no pedido; e **(II)** a fixação do valor da causa em valor provisório pressupõe demanda na qual seja impossível sua apuração naquele momento processual, bem como não se possa aferi-lo ao final da ação.

A Corte Especial, ao apreciar esses mesmos tópicos, concluiu que o acórdão embargado definiu o valor da causa levando em consideração as particularidades da hipótese em exame, afastando, assim, a existência de dissídio de teses jurídicas entre os arestos confrontados.

De fato, a Segunda Turma avaliou as peculiaridades do caso concreto, em especial o fato de que somente com a liquidação de sentença seria possível apurar o valor

Superior Tribunal de Justiça

da condenação, situação impossível na presente hipótese, em que a demanda foi julgada improcedente, bem como a incerteza do benefício econômico a ser aferido pela autora.

Veja-se o seguinte trecho extraído do acórdão recorrido (fl. 637):

Do julgado depreende-se que o Tribunal se valeu de passagem extraída da exordial, na qual a Chesf aponta o valor de US\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares) como sendo o acréscimo contratual oriundo da utilização do "Fator K" como critério de reajuste de preços. Além disso, extrai-se que o pedido da Chesf é relativo à restituição em dobro do valor indevidamente pago em razão do "Fator K".

Diante dessas premissas, a Corte entendeu correto equiparar o valor do acréscimo contratual ao pedido de restituição do indébito para fins de fixação do valor da causa, procedendo o próprio Judiciário à conversão do montante para a moeda nacional.

Entretanto, creio não ter sido essa a melhor solução ao caso, por duas razões.

*A primeira porque a demanda tem por objeto primeiro a nulidade do aditivo contratual e, sucessivamente, caso provido este pedido, a repetição dos valores indevidamente pagos. Tal análise demandaria cálculos mais apurados, não se podendo prender o magistrado na mera alegação sobre o valor **aproximado** do acréscimo contratual sobre o valor **total** do contrato (fl. 23), sem considerar outros aspectos, como a **suspensão do pagamento** do "Fator K" a partir do ajuizamento da ação (REsp n. 251.353/PE).*

Foi veiculado pedido de restituição dos valores indevidamente pagos a título de "Fator K" (fl. 45), não existindo pedido de condenação em valor definido. Seria necessária a devida liquidação da sentença, que não ocorrerá porque a Chesf viu sua demanda principal - declaração da ilegalidade da inserção do "Fator K" no contrato - ser julgada improcedente.

A segunda razão é que se deve considerar o potencial benefício econômico advindo da demanda no momento da propositura da ação. A decisão relativa à conversão do valor do contrato de dólar para real se pautou na "quase paridade cambial" (fl. 358) vigente à época da propositura da demanda, em cálculo procedido pelo próprio julgador.

Esses aspectos demonstram que, à época da propositura de demanda, não se sabia com exatidão o quantum efetivamente pago a título de "Fator K" que deveria ser devolvido pelas empresas, caso a Chesf lograsse êxito na demanda. Tanto assim que não foi formulado pedido de condenação em valor previamente estipulado, o que seria melhor para a Chesf caso sua demanda fosse julgada procedente, porque dispensaria a

Superior Tribunal de Justiça

liquidação.

Caso vencidas na demanda as empresas recorridas, pelas mesmas razões não poderia a Chesf pretender a execução contra elas dos R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) avaliados pela Corte de origem, sem antes haver a liquidação do julgado.

A jurisprudência desta Corte, quando não se sabe precisamente o valor econômico do bem da vida buscado judicialmente, vem decidindo pela possibilidade da fixação de valor pelo autor em quantia simbólica e provisória, passível de posterior adequação ao valor apurado pela sentença ou no procedimento de liquidação.

Assim, na certeza de que os embargos de divergência têm por finalidade a interpretação do direito infraconstitucional no âmbito desta Corte, mesmo que a pretensão seja a de corrigir suposto equívoco na apreciação do recurso especial, como o que ocorre na presente hipótese, esta espécie recursal não se presta ao rejugamento do nobre apelo.

Nesse mesmo sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. MOTIVAÇÃO.

No âmbito dos embargos de divergência não se rejulga o recurso especial. Neles os acórdãos discrepantes são confrontados com a finalidade de harmonizar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. A adoção de uma ou de outra orientação tem como suporte a motivação do julgado prevalente, sem necessidade de que a ele se adite qualquer outro fundamento.

Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EREsp 1.310.871/PR, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 11/12/2013, DJe 17/12/2013)

ANTE O EXPOSTO, indefiro liminarmente os embargos de divergência.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator